

BARATTA, FOUCAULT E A QUESTÃO CRIMINAL

BARATTA, FOUCAULT AND THE CRIMINAL QUESTION

ADRIAN BARBOSA E SILVA

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC).
Professor de Direito Penal do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).
Coordenador do Grupo Cabano de Criminologia. Advogado.
adrian_abs26@hotmail.com

Recebido em: 28.09.2015

Aprovado em: 13.04.2016

Última versão autor: 23.06.2016

ÁREA DO DIREITO: Filosofia; Penal

RESUMO: No marco do desenvolvimento da teoria criminológica problematizadora (teoria crítica do controle social), o presente ensaio propõe abordagem dialogal entre a criminologia crítica de Alessandro Baratta e as contribuições da obra de Michel Foucault. Na análise da incorporação das teses foucaultianas na investigação criminológica, busca-se ir além da questão envolvendo os dispositivos disciplinares, problematizando, na perspectiva da microfísica do poder, também a crítica biopolítica. Acredita-se que a possível interlocução entre os dois pensadores pode projetar novos horizontes para as investigações sobre a questão criminal, sobretudo possibilitar mirada autocrítica ao tensionar postulados já consagrados, viabilizando que a criminologia siga seu curso.

PALAVRAS-CHAVE: Criminologia crítica – Alessandro Baratta – Michel Foucault – Biopolítica/biopoder – Questão criminal.

ABSTRACT: As part of the development of the so-called problem-based criminological theory (the critical theory of social control), this paper proposes a dialogical approach between Alessandro Baratta's critical criminology and the contributions made by Michel Foucault. By bringing Foucault's thesis into the criminological research, we seek to go beyond the issue that involves disciplinary provisions, questioning, within the perspective of the microphysics of power, a biopolitical criticism as well. It is believed that a possible dialogue between the two thinkers can create new horizons for the investigations of criminal matters, especially in relation to self-criticism, by challenging some principles that have already been established, making it possible for criminology to follow its course.

KEYWORDS: Critical criminology – Alessandro Baratta – Michel Foucault – Biopolitics/biopower – Criminal question.

SUMÁRIO: 1. Introdução: uma proposta de diálogo - 2. A criminologia crítica de Alessandro Baratta - 3. Michel Foucault e a criminologia - 4. Baratta e Foucault? Tensões iniciais - 5. Baratta com Foucault? A criminologia segue seu curso... - 6. Considerações finais - 7. Referências bibliográficas.

*“A lógica de um pensamento é o conjunto das crises que ele atravessa,
Assemelha-se mais a uma cadeia vulcânica
Do que a um sistema tranquilo e próximo do equilíbrio”.*
(Gilles Deleuze)

1. INTRODUÇÃO: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO¹

Pensar a criminologia e problematizar² seus horizontes na atualidade requer esforço de compreensão sobre o “curso dos discursos sobre a questão criminal”,³ é dizer, a transmutação de conhecimentos forjados no cenário de específicas estruturas geopolíticas e econômicas, cujas programações políticas sobre o controle e a administração do delito (modelos integrados de ciências penais) condizem com as sociedades em que foram instituídas. Trata-se, pois,

1. O texto é resultado das investigações realizadas junto à pós-graduação (direito penal e criminologia) do Instituto de Criminologia e Política Criminal, sob orientação do Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos, no mestrado (direitos humanos) do PPGD da Universidade Federal do Pará, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Bastos de Pinho, e no Centro de Estudos sobre Intervenção Penal (CESIP-CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Jean-François Yves Deluchey. Em especial, agradecimentos a Gustavo Noronha de Ávila, Hugo Leonardo Santos e Rômulo Moraes pela leitura crítica do escrito.
2. Parte-se do conceito foucaultiano de “problematização”, podendo este ser entendido como “a historicização de alguns objetos tabu de nosso pensamento partindo da seguinte pergunta: como algo que já estava presente foi transformado, em determinado momento, em problema e como essa ‘problematização’ mudou a própria ‘coisa’? Uma historicização que consiste, ainda, na restituição dos modos de validação dos discursos e das práticas tidas como verdadeiras na sociedade (...). Não se trata de resolver problemas, mas especialmente de instaurar um ‘desprendimento’ no propósito de encontrar problemas ainda presentes” (BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013. p. 165-166).
3. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La criminología como curso. *En torno a la cuestión criminal*. Montevideo-Buenos Aires: B de F, 2005.

de condição de possibilidade do conhecimento histórico pensar o passado em continuidade (*continuum*) com o presente.⁴

Neste contexto, indubitável a importância do “destructuring impulse”,⁵ fenômeno este que marca na história dos pensamentos criminológicos a insurgência de um movimento contra-ideológico-hegemônico com pauta bastante taxativa de reação às construções institucionais sobre o controle social, notadamente de matriz positivista-determinista (discurso criminológico oficial desde a segunda metade do século XIX), abdicando de modelos consensuais de sociedade e possibilitando novas reflexões conflituais sobre a questão criminal, com especial destaque para as produções da sociologia interacionista e fenomenológica norte-americana e enfoque do etiquetamento (*labelling approach*), teorias do conflito e de cunho materialista, que viriam a oferecer, posteriormente, aportes para a construção das criminologias críticas.⁶

É de se notar a indiscutível reverberação do pensamento foucaultiano para que ocorresse a ruptura com a criminologia utilitarista, pautada no paradigma etiológico-causal e na consequente psiquiatrização do delito, sobretudo no que diz respeito às teses encampadas em *Vigiar e punir* (1975), dentre outras, sobre o poder disciplinar, a elaboração de uma microfísica do poder, as funções latentes residentes ao cárcere e a gestão diferencial da criminalidade.

Neste contexto, buscando galgar novos rumos para o criticismo, trabalha-se com o referencial da criminologia crítica de Alessandro Baratta – elaborada na Itália e tendo sido importada para a academia brasileira na década de 70 – como recorte de uma das principais construções criminológicas ocidentais sobre a questão criminal na contemporaneidade, propondo tensioná-la, na me-

4. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método – I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 13. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/São Francisco, 2013. p. 430.

5. COHEN, Stanley. *Visions of social control: crime, punishment and classification*. Cambridge: Polity Press, 1985. p. 31.

6. Neste trabalho, ora se usará a expressão “criminologia crítica”, ora “criminologias críticas”. Fato é que a crítica criminológica surge a partir de uma pluralidade de iniciativas, porém, como explica Salo de Carvalho, é possível sustentar esta heterogeneidade como uma “unidade crítica” a partir de três questões em comum: (a) a negação do pressuposto do delito natural da criminologia ortodoxa; (b) a constante autocrítica a que se submete o pensamento crítico; e (c) a reflexão sobre as relações entre indivíduo e autoridade (preocupação com a ordem social) (CARVALHO, Salo de. *Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 104. São Paulo: Ed. RT, set.-out./2013, p. 288-289).

dida do possível, com o pensamento de Michel Foucault, justificável *per se* por suas obras e a desconstrução dos mitos da modernidade, ao ponto de Stanley Cohen, em sua célebre assertiva, concluir que escrever sobre a punição sem Foucault equivaleria a falar sobre o inconsciente sem citar Freud.⁷

Com este intento aproximativo, com a cautela devida de não desnaturalizar as hipóteses e construções teóricas desenvolvidas por cada autor, pretende-se ir além da comum abordagem sobre o poder disciplinar – apesar de sua necessária e imprescindível apropriação –, trazendo reflexões a partir da biopolítica e do biopoder, acreditando-se ser possível verificar e quiçá atualizar alguns dos postulados consagrados na teoria criminológica brasileira. Isto porque, conforme se acredita, o pensamento criminológico-crítico forjado no Brasil, via de regra, ao trabalhar com as concepções foucaultianas, se limita a uma determinada fase de pensamento do autor, quando muito ele próprio deu continuidade às suas reflexões sobre controle e poder, tornando-se fundamental a absorção dos aportes biopolíticos ao campo do criticismo, sobretudo quando se direciona ao aperfeiçoamento com o exercício da autocrítica.

Com este esforço objetiva-se, não delimitar as vias metodológicas exatas enquanto espécies de “próximos passos” a serem tomados pelos pesquisadores brasileiros que atuam no campo das ciências criminais, mas aprimorar este heterogêneo e fértil campo de pesquisa com a problematização da crítica tradicional e a abertura e o resgate de um elemento teórico riquíssimo, rumo ao fortalecimento de construções alternativas ao controle social em resistência aos horizontes de projeção do poder (punitivo) na atual conjuntura da governamentalidade da vida.

2. A CRIMINOLOGIA CRÍTICA DE ALESSANDRO BARATTA

Partindo da análise de Máximo Sozzo⁸ sobre o nascimento das criminologias na América Latina, depreende-se que tanto as criminologias positivistas quanto as criminologias críticas incidem no marco da instalação e do desenvolvimento de uma complexa tecnologia intelectual: a tradução. Tradução esta que, enquanto instituidora de processos de importação cultural, configura racionalidades, programas e tecnologias de governo sobre a questão criminal,

7. COHEN, Stanley. Op. cit., p. 10.

8. SOZZO, Máximo. “Traduttore traditore”. Traducción, importación cultural e historia del presente de la criminología. *Reconstruyendo las criminologías críticas*. Buenos Aires: Ad-hoc, 2006. p. 356-358.

formatando, a partir disso, verdadeiros discursos e práticas que vão se incorporar nas reflexões criminológicas nacionais.

Nas décadas de 70 e 80, os intelectuais latino-americanos – brasileiros, particularmente – direcionaram seus estudos para a produção criminológica anglo-saxã, com forte importação das investigações da Itália, país no qual o lugar central do ensino da criminologia é ocupado por juristas. Nesse contexto, a influência da produção intelectual de Alessandro Baratta é notável, e será intensamente incorporada no Brasil, não à toa, a produção “daqui” apresenta bastantes similitudes à “de lá”, a começar pelo fato de o ensino da criminologia ocorrer, máxime, nas faculdades de Direito.

A obra teórica de Baratta é vasta e se estrutura no horizonte da inter e transdisciplinaridade, incorporando à questão criminal, dentre outras, reflexões desde a filosofia do direito, economia política, teoria crítica, história, ética, dogmática, política criminal, criminologia e sociologia, sendo *Criminologia crítica e crítica do direito penal* (1982), no qual consagra o enfoque da “crítica sociológica ao direito penal”, seu livro de maior impacto no Brasil, tendo ainda escrito vários outros trabalhos.

Desde uma perspectiva marxista de cariz não ortodoxa,⁹ a criminologia crítica de Baratta também cumpre com o ponto nodal de resistência ao modelo criminológico oficial. Em sua orientação epistemológica, a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e indivíduos, pois se revela como um *status* atribuído a determinados indivíduos mediante duplo processo de seleção: seleção de bens protegidos penalmente e dos comportamentos ofensivos destes bens e seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos estigmatizados entre aqueles que infringem as normas penalmente sancionadas.¹⁰

9. Nas próprias palavras de Baratta: “Pensamos, em particular, que o emprego de instrumentos conceituais e de hipóteses teóricas que tenham sua fonte clássica na obra de Marx possa ser de grande importância, e isto na medida – parece supérfluo lembrá-lo – em que tal emprego seja feito livre de toda forma de dogmatismo, ou seja, considerando o marxismo como um edifício teórico aberto, que, como qualquer outro, pode e deve ser continuamente controlado mediante a experiência e o conforto, crítico mas sem preconceitos, com os argumentos e os resultados provenientes de enfoques teóricos diversos” (BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 200).

10. Idem, p. 161.

Baratta atesta que o momento crítico da criminologia se matura quando o enfoque macrossociológico se desloca do comportamento desviante para os mecanismos de controle social e, em particular, para os processos de criminalização, isto porque apesar de ser com o *labelling approach* (teoria do etiquetamento ou rotulacionismo) que a análise criminológica se desloca do paradigma etiológico (causas da criminalidade) para o da reação social (processos de criminalização), provocando o “criminological turn”, é só com a incorporação do referencial materialista que a “dimensão da definição” (desviante e desvio) se alinha à “dimensão de poder” (sistema de controle social), passando a compreender que os processos de estigmatização estão intimamente relacionados às relações de poder político e exploração econômica do modo de produção capitalista.¹¹

A proposição última de Baratta, apoiando-se nos argumentos de fundo da construção marxista, era, portanto, referendar uma *teoria materialista da criminalidade e do controle social* no âmbito criminológico, isto é, uma teoria materialista das situações e dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização caracterizada por referir-se às “situações socialmente negativas e processo de criminalização, às relações sociais de produção e, porquanto referindo-se a nossa sociedade, à estrutura do processo de valorização do capital”.¹²

Vera Andrade explica que Baratta identificou na dialética a base cognoscitiva essencial para todo projeto de liberação (utopia concreta), haja vista que, enquanto lógica (dinâmica) da contradição, a dialética seria o modelo de racionalidade e a metodologia capazes de compreender a realidade social, entendida enquanto movimento. Seria, portanto, o modelo capaz de apreendê-la na esteira de suas contradições, operando como método de conhecimento que compreende, simultaneamente, a *ratio essendi* e *ratio cognoscendi* da realidade social.¹³⁻¹⁴

11. BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica? *Dei Delitti e delle Pene*. n. 1. Torino, 1991, p. 52-53.
12. BARATTA, Alessandro. Por una teoría materialista de la criminalidad y del control social. *Estudios Penales y Criminológicos*. n. 11. Santiago de Compostela, 1989, p. 21.
13. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 70.
14. Ao se apropriar do método dialético de Hegel na análise da evolução social da humanidade, explica Konder que para Marx: “(...) a vida, na sociedade capitalista, apresenta numerosas contradições. A principal delas, porém, aquela que afeta de maneira mais constante e socialmente mais decisiva a existência dos indivíduos, é a contradição entre o trabalho e o capital, quer dizer, entre o proletariado e a burguesia. E a

Desde a crítica marxista do direito que aprofundou a análise sobre a desigualdade em sociedades capitalistas – especialmente em *Crítica do programa de Gotha* (1891) –, dois aspectos devem ser destacados: (1) aspecto relativo ao contrato, que denuncia a contradição entre igualdade formal dos sujeitos jurídicos na construção abstrata do direito (penal) burguês e desigualdade substancial dos indivíduos na realidade das relações sociais de produção; e, (2) relativo à distribuição, que desmascara que a desigualdade substancial é vista como o acesso desigual aos meios de satisfação das necessidades. Segundo o jurista italiano, mesmo na primeira etapa da sociedade socialista a desigualdade real na distribuição permaneceria, sendo possível a superação do direito penal burguês tão apenas em uma fase mais avançada, na qual o sistema de distribuição seria regulado pela necessidade individual, não mais pela lei do valor e do trabalho.¹⁵

Neste sentido, ao contrário do que o discurso que declara que o direito penal protegeria igualmente a todos os cidadãos contra ofensas a bens essenciais e de conforme seus interesses igualitários, intervindo de forma também igualitária nos processos de criminalização, a apropriação da hipótese marxista permitiria concluir três sentenças a respeito do direito penal: (a) o direito penal não defende a todos e somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune, o faz com intensidade desigual e de modo fragmentário; (b) a lei penal não é igual para todos, o *status* de criminoso é distribuído de modo desigual; e (c) o grau de efetividade da tutela penal e a distribuição do *status* do criminoso são independentes da danosidade social das ações e da gravidade das infrações a lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e sua intensidade.¹⁶ O direito penal seria, em síntese, o ramo do direito burguês desigual e excludente por excelência.

Neste raciocínio, o sistema penal de controle do desvio, fundado na contradição capital/trabalho, isto é, na igualdade formal de sujeitos de direito e desigualdade substancial dos indivíduos na realidade dos meios social e de

direção necessária à superação dessa contradição essencial da sociedade capitalistas – segundo Marx – é a da ascensão revolucionária da classe operária, com a criação da sociedade socialista” (KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 48).

15. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal...* cit., p. 162-164.

16. BARATTA, Alessandro. *Criminología y dogmática penal. Pasado y futuro del modelo integral de la ciencia penal. Papers: Revista de Sociología*. n. 13. Barcelona, 1980, p. 29.

produção, desde uma ideologia do discurso declarado (ideologia jurídica da igualdade), encobriria o fato de que está voltado para privilégios e interesses da classe dominante, imunizando do processo de criminalização dos comportamentos socialmente danosos aqueles indivíduos a ela pertencentes, de modo que as chances de ser definido e controlado como desviante estariam radicalmente voltadas para as classes subalternas.

Retomando os antecedentes teóricos na reconstrução histórica da disciplina criminológica, Baratta se ocupa exatamente de desconstruir a principiologia da chamada “ideologia da defesa social”¹⁷ presente como ideologia legitimante do poder punitivo nos grandes modelos integrados de ciência penal que marcam a primeira e a segunda Modernidade penal: “Escola liberal clássica”, no século XVIII e princípio do XIX, com Bentham, Feuerbach e Beccaria, e final do século XIX e princípio do XX, o positivismo criminológico, aludido pelas “Escola sociológica francesa” (Tarde), “Escola social alemã” (Liszt) e “Escola positiva italiana” (Lombroso, Ferri e Garófalo).

Direcionando a tarefa do criminólogo crítico à construção de uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos socialmente negativos, à elaboração de uma política criminal alternativa e das classes subalternas,¹⁸ Baratta

17. A ideologia da defesa social – na construção barattiana – se estruturaria a partir de seis princípios (legitimidade, bem e mal, culpabilidade, prevenção, igualdade, interesse social e delito natural) e representaria: “(...) uma ideologia cuja função é justificar e racionalizar o sistema de controle social em geral e o repressivo em particular. Como tal foi e é a ideologia própria da ciência penal, através da qual se justifica como conhecimento e prática racional. A defesa social reivindica o mérito de ter liberado a política criminal (e em particular a penal) das hipotecas de velhas interpretações transcendentais e míticas e de tê-la reconduzido a uma prática científica da qual a sociedade se defende do crime” (PAVARINI, Massimo. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. p. 49-50). Em *Criminologia crítica e crítica do direito penal*, Baratta tensiona tais pressupostos com as contemporâneas teorias sociológicas da criminalidade (v.g. subculturas criminais, psicanalítica, *labelling* etc.) e demonstra que estas se encontram muito mais avançadas, sendo fundamental, pois, a superação daquele conceito.
18. Na conclusão de sua obra, Baratta aponta aquelas que seriam as quatro indicações estratégicas para uma política criminal das classes subalternas, quais sejam: (1) A necessidade de interpretação separada dos comportamentos socialmente negativos das classes subalternas e das classes dominantes e na cisão entre política penal e política criminal, a busca por uma política criminal alternativa transformadora da realidade social; (2) Ampliação e reforço da tutela penal em área de interesse essencial para a vida dos indivíduos e da comunidade e uma radical despenalização e contração máxima do sistema penal; (3) Uma análise realista e radical das funções latentes ao sistema penal centrada no objetivo final da estratégia alternativa: abolição do cárcere;

propõe pauta de princípios de um direito penal mínimo, centrado numa teoria dos direitos humanos como objeto e limite da lei penal,¹⁹ cuja programação, direcionada à utopia abolicionista, teria por diretriz uma “(...) ampla e rigorosa política de descriminalização e, numa perspectiva final, na superação do atual sistema de justiça penal e sua substituição por formas mais adequadas, diferenciadas e justas de defesa dos direitos humanos frente à violência”.²⁰

Em síntese, segundo Baratta, diante da constatação da falência epistemológica da estrutura positivista do discurso criminológica e da lógica carcero-cêntrica operada pelo sistema de controle social na conjuntura do capital, desde o projeto de crítica sociológica materialista à dogmática jurídico-penal, na esteira da proteção alternativa da pessoa humana e das classes subalternas, não restaria outra alternativa senão radicalizar a contração máxima – no norte da abolição – do sistema de punitividade.

3. MICHEL FOUCAULT E A CRIMINOLOGIA

Como datam os estudiosos de Foucault, seu pensamento estaria dividido em três fases: (1.^a) fase arqueológica, na década de 60, com obras como *História da loucura na idade clássica* (1961), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969); (2.^a) fase genealógica, na década de 70, com *Vigiar e punir* (1975) e *História da sexualidade: a vontade de saber* (1976); e (3.^a) fase da subjetividade, em 80, com os dois outros volumes de *História da sexualidade*, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (1984).

Esclarece-se desde já que para os fins do presente trabalho não se pretende realizar uma análise global da obra foucaultiana, mas, tendo a obra de Baratta como referencial e o recorte da criminologia crítica, busca-se concentrar análise sobre suas construções conceituais que foram incorporados no saber criminológico, bem como aquelas que ainda poderão ser, verificando tensões, limites e possibilidades no curso das investigações sobre a questão criminal.

(4) Realização de uma crítica ideológica e cultural à opinião pública portadora das *everyday theories* rumo ao desenvolvimento de uma consciência alternativa no campo do desvio e da criminalidade (BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal...* cit., p. 200-205).

19. BARATTA, Alessandro. Principi di diritto penale minimo. Per una teoria dei diritti dell'uomo come oggetto e limite della legge penale. *Dei Delitti e Delle Pene*. n. 3. Bari, 1985, p. 443-473.

20. BARATTA, Alessandro. Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. *Fascículos de Ciências Penais*. vol. 6. n. 2. Porto Alegre, abr.-jun./1993, p. 56.

produção, desde uma ideologia do discurso declarado (ideologia jurídica da igualdade), encobriria o fato de que está voltado para privilégios e interesses da classe dominante, imunizando do processo de criminalização dos comportamentos socialmente danosos aqueles indivíduos a ela pertencentes, de modo que as chances de ser definido e controlado como desviante estariam radicalmente voltadas para as classes subalternas.

Retomando os antecedentes teóricos na reconstrução histórica da disciplina criminológica, Baratta se ocupa exatamente de desconstruir a principiologia da chamada “ideologia da defesa social”¹⁷ presente como ideologia legitimante do poder punitivo nos grandes modelos integrados de ciência penal que marcam a primeira e a segunda Modernidade penal: “Escola liberal clássica”, no século XVIII e princípio do XIX, com Bentham, Feuerbach e Beccaria, e final do século XIX e princípio do XX, o positivismo criminológico, aludido pelas “Escola sociológica francesa” (Tarde), “Escola social alemã” (Liszt) e “Escola positiva italiana” (Lombroso, Ferri e Garófalo).

Direcionando a tarefa do criminólogo crítico à construção de uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos socialmente negativos, à elaboração de uma política criminal alternativa e das classes subalternas,¹⁸ Baratta

17. A ideologia da defesa social – na construção barattiana – se estruturaria a partir de seis princípios (legitimidade, bem e mal, culpabilidade, prevenção, igualdade, interesse social e delito natural) e representaria: “(...) uma ideologia cuja função é justificar e racionalizar o sistema de controle social em geral e o repressivo em particular. Como tal foi e é a ideologia própria da ciência penal, através da qual se justifica como conhecimento e prática racional. A defesa social reivindica o mérito de ter liberado a política criminal (e em particular a penal) das hipotecas de velhas interpretações transcendentais e míticas e de tê-la reconduzido a uma prática científica da qual a sociedade se defende do crime” (PAVARINI, Massimo. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. p. 49-50). Em *Criminologia crítica e crítica do direito penal*, Baratta tensiona tais pressupostos com as contemporâneas teorias sociológicas da criminalidade (v.g. subculturas criminais, psicanalítica, *labelling* etc.) e demonstra que estas se encontram muito mais avançadas, sendo fundamental, pois, a superação daquele conceito.

18. Na conclusão de sua obra, Baratta aponta aquelas que seriam as quatro indicações estratégicas para uma política criminal das classes subalternas, quais sejam: (1) A necessidade de interpretação separada dos comportamentos socialmente negativos das classes subalternas e das classes dominantes e na cisão entre política penal e política criminal, a busca por uma política criminal alternativa transformadora da realidade social; (2) Ampliação e reforço da tutela penal em área de interesse essencial para a vida dos indivíduos e da comunidade e uma radical despenalização e contração máxima do sistema penal; (3) Uma análise realista e radical das funções latentes ao sistema penal centrada no objetivo final da estratégia alternativa: abolição do cárcere;

propõe pauta de princípios de um direito penal mínimo, centrado numa teoria dos direitos humanos como objeto e limite da lei penal,¹⁹ cuja programação, direcionada à utopia abolicionista, teria por diretriz uma “(...) ampla e rigorosa política de descriminalização e, numa perspectiva final, na superação do atual sistema de justiça penal e sua substituição por formas mais adequadas, diferenciadas e justas de defesa dos direitos humanos frente à violência”.²⁰

Em síntese, segundo Baratta, diante da constatação da falência epistemológica da estrutura positivista do discurso criminológica e da lógica carcerocêntrica operada pelo sistema de controle social na conjuntura do capital, desde o projeto de crítica sociológica materialista à dogmática jurídico-penal, na esteira da proteção alternativa da pessoa humana e das classes subalternas, não restaria outra alternativa senão radicalizar a contração máxima – no norte da abolição – do sistema de punitividade.

3. MICHEL FOUCAULT E A CRIMINOLOGIA

Como datam os estudiosos de Foucault, seu pensamento estaria dividido em três fases: (1.^a) fase arqueológica, na década de 60, com obras como *História da loucura na idade clássica* (1961), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969); (2.^a) fase genealógica, na década de 70, com *Vigiar e punir* (1975) e *História da sexualidade: a vontade de saber* (1976); e (3.^a) fase da subjetividade, em 80, com os dois outros volumes de *História da sexualidade*, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (1984).

Esclarece-se desde já que para os fins do presente trabalho não se pretende realizar uma análise global da obra foucaultiana, mas, tendo a obra de Baratta como referencial e o recorte da criminologia crítica, busca-se concentrar análise sobre suas construções conceituais que foram incorporados no saber criminológico, bem como aquelas que ainda poderão ser, verificando tensões, limites e possibilidades no curso das investigações sobre a questão criminal.

(4) Realização de uma crítica ideológica e cultural à opinião pública portadora das *everyday theories* rumo ao desenvolvimento de uma consciência alternativa no campo do desvio e da criminalidade (BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal...* cit., p. 200-205).

19. BARATTA, Alessandro. Principi di diritto penale minimo. Per una teoria dei diritti dell'uomo come oggetto e limite della legge penale. *Dei Delitti e Delle Pene*. n. 3. Bari, 1985, p. 443-473.

20. BARATTA, Alessandro. Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. *Fascículos de Ciências Penais*. vol. 6. n. 2. Porto Alegre, abr.-jun./1993, p. 56.

Ao especificar o objetivo de mostrar como as práticas sociais podem engendrar domínios de saber e que não fazem aparecer apenas novos conceitos, objetos e técnicas, mas, sobretudo, formas de sujeito e sujeitos de conhecimento (o próprio sujeito de conhecimento teria uma história), Foucault esclarece aqueles que seriam os três eixos de sua pesquisa: (1) a história dos domínios do saber em relação às práticas sociais, a qual vai analisar desde as práticas sociais de controle e vigilância, (2) análise dos discursos (eixo metodológico), não apenas enquanto fatos linguísticos mas também portadores de estratégias, e (3) a reelaboração da teoria do sujeito, sobretudo a partir da psicanálise e com a ruptura ao pensamento ocidental cartesiano.²¹

No campo criminológico, as análises foucaultianas realizadas sobre o saber e sua vinculação com as estruturas de poder, numa espécie de deslegitimação radical das “ciências humanas”, as críticas direcionadas às “instituições de sequestro”, aos pressupostos da criminologia ortodoxa e à identificação das redes expansão capilar do poder (punitivo), propiciam a incorporação das teses de Michel Foucault como autênticas estratégias de abolicionismo penal,²² ainda que ele próprio nunca tenha assim se rotulado.

A despeito de adotar aportes teóricos bastante distintos daqueles provenientes dos abolicionistas clássicos (v.g. do “abolicionismo materialista-marxista”, de Thomas Mathiesen, do “abolicionismo fenomenológico”, de Louk Hulsman ou do “abolicionismo fenomenológico-histórico”, de Nils Christie), estando de certa forma situado numa tradição anti-humanista e não dialética (e, ainda que com certas resistências, pós-estruturalista para alguns), é possível dizer que o trabalho prático e teórico de Foucault – explica De Foulter – “(...) contém muitos pontos de contato com o movimento abolicionista do sistema penal e do sistema de justiça penal. E mais, nos oferece um marco para a análise do poder que é fundamental para a teoria e prática abolicionistas”.²³

21. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 2001. p. 8-10.

22. A propósito, conferir a produção acadêmica e militância abolicionista de Edson Passetti e do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP (www.nu-sol.org) –, em especial: PASSETTI, Edson (coord.). *Curso livre de abolicionismo penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012; PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da (org.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCrim, 1997; PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da biopolítica. *Revista Ecológica*. vol. 5. São Paulo, 2013, p. 2-37.

23. DE FOLTER, Rolf. S. Sobre la fundamentación metodológica del enfoque abolicionista del sistema de justicia penal. Una comparación de las ideas de Hulsman,

A relevância de Foucault não irá se restringir ao âmbito acadêmico, haja vista sua militância. Num entrave emancipatório, na fundação do *Groupe d'Information sur les Prisons* (GIP), a partir do *Manifeste du G.I.P.* (1971), com Jean-Marie Domenach e Pierre Vidal-Naquet, Foucault vai indagar a necessidade de se adquirir informações sobre a prisão, visto se tratar de uma das regiões mais escondidas do nosso sistema social, uma das “caixas-pretas” de nossa vida e que, ademais, qualquer um de estaria vulnerável.²⁴

Com o G.I.P., pretendia-se dar voz aos presos para que pudessem falar de si mesmos, o que estaria denegado pela lógica do cárcere. Neste particular, o *corpus* teórico foucaultiano ensina, àqueles que estão comprometidos com a resistência e rebelião às formas instituídas de poder, que não basta contentar-se com a denúncia da violência ou crítica das instituições, mas que o estratégico residiria em questionar a própria forma de racionalidade envolvida,²⁵ não à toa “o objetivo do abolicionismo de Foucault é questionar todas as formas de expressão do próprio poder. Não se limita ao questionamento e à transgressão do poder para castigar”.²⁶

A analítica foucaultiana sobre as instituições disciplinares (v.g. hospitais, asilos, escolas, prisões etc.) – a partir da qual delimitou a constituição dos sujeitos excluídos de certas racionalidades instituídas e buscou entender como normas específicas foram generalizadas para todo o corpo social desde a problematização – foi fundamental para sua incorporação no campo criminológico,²⁷ se consolidando efetivamente com *Vigiar e punir*, quando propôs a necessidade de repensar o sistema penal em si.²⁸

Mathiesen y Foucault. In: AAVV. *Abolicionismo penal*. Buenos Aires: Ediar, 1988. p. 75, tradução nossa.

24. FOUCAULT, Michel; DOMENACH, Jean-Marie; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Manifeste du G.I.P.* Disponível em: [<http://libertaire.free.fr/MFoucault168.html>]. Acesso em: 07.12.2014.

25. FOUCAULT, Michel. *Omnes et singulatim*: por uma crítica da “razão política”. Trad. Heloisa Jahn. *Novos Estudos – CEBRAP*. n. 26. São Paulo, mar./1990, p. 98.

26. DE FOLTER, Rolf. S. Op. cit., p. 76.

27. Sobre a incorporação das ideias foucaultianas na criminologia, conferir: LACOMBE, Dany. *Les liaisons dangereuses: Foucault et la criminologie*. *Criminologie*. vol. 26. n. 1. Montreal, 1993, p. 51-72.

28. Cf. RINGELHEIM, Foulek. *Che cosa vuol dire punire?* Entrevista a Michel Foucault. Trad. Francesca Arra. *Rivista Volontà*, aprile, 1990. Disponibile in: [www.ristretti.it/areestudio/cultura/libri/foucault.pdf]. Acesso em: 21.09.2015.

No trabalho que deveria contar a “história da violência nas prisões”, Foucault propõe uma genealogia do “complexo científico-judiciário”, para o qual o poder punitivo se justificaria, impor regras e mascararia seus efeitos. Buscou estudar a metamorfose dos métodos punitivos desde o ponto de vista de uma “tecnologia política do corpo” buscando compreender uma história comum existente entre as relações de poder e de objeto, e então, como o homem se tornou objeto de um saber de *status* “científico” (saber criminológico positivista). A partir disso, pôde explicar como se deu a transição da punição pautada em suplícios (poder soberano) para os mecanismos técnico-corretivos das prisões (poder disciplinar), e, logo, como surgiu uma nova tecnologia do poder de punir sobre o corpo, ocorrendo o deslocamento da vingança do soberano à defesa social.²⁹

Uma das hipóteses sustentadas por Foucault – e que por sinal é bastante singular frente ao conjunto de análises de sua época – repousa no fato de que os sistemas punitivos deveriam ser recolocados diante de uma “economia política do corpo”, de forma que “(...) ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utiliza métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e sua submissão”.³⁰

Neste campo de investigação, o desenvolvimento do conceito de “microfísica do poder” será estrutural na aquisição de uma “identidade” própria às teses foucaultianas, visto que “fugiria” das análises materialistas e estruturalistas. O estudo da microfísica explicaria, então, que “o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos

29. Em linhas gerais, “(...) o ‘espírito’ como superfície de inscrição para o poder, com a semiologia por instrumento; a submissão dos corpos pelo controle das ideias; a análise das representações como princípio, numa política dos corpos bem mais eficaz que a anatomia ritual dos suplícios. O pensamento dos ideólogos não foi apenas uma teoria do indivíduo e da sociedade; desenvolveu-se como uma tecnologia dos poderes sutis, eficazes e econômicos, em oposição aos gastos suntuários do poder dos soberanos. (...) E essa nova anatomia política permitirá recuzar as duas linhas divergentes de objetivação que vemos se formar no século XVII: a que rejeita o criminoso para ‘o outro lado’ – o lado de uma natureza contra a natureza; e a que procura controlar a delinquência por uma anatomia calculada das punições. Um exame da nova arte de punir mostra bem a substituição da semiotécnica punitiva por uma nova política do corpo” (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 40. ed. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 98-99).

30. Idem, p. 28.

de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos”.³¹

Como explica Roberto Machado,³² a intensão de Foucault seria a de se insurgir à ideia de que o Estado seria um órgão central detentor de poder ou que a rede de poderes presentes nas sociedades modernas decorreria do Estado. Na verdade, desde a nova perspectiva, o poder estaria colocado não como uma espécie de dominação global e centralizada, sendo constituinte de relações extraestatais; seu objetivo não seria expulsar homens da vida social, mas sim gerir suas vidas. Eis a contribuição fundamental nas análises do poder: ele não é apenas negativo, repressor; é também positivo, configurador.

Para Foucault todas as transformações que ocorrem nas tecnologias do poder na história do poder de punir estão relacionadas aos gastos econômicos e políticos que requererem as tecnologias do castigo, e, portanto, se pautam na reconsideração ao que diz respeito à economia política do castigo. Neste sentido, vai além da crítica ao poder disciplinar e do controle penal dos corpos dóceis na gestão do correccionalismo direcionado ao “corpo-máquina” (indivíduo passivo de “ressocialização” e “melhoramento”), práticas estas que são próprias aos séculos XVII e XVIII, e que já estariam além da teoria clássica da soberania (racionalidade jurídico-dedutiva).

Na clássica “Aula de 17 de Março de 1976”,³³ ministrada no Collège de France (1975-1976), publicada em *Em defesa da sociedade* (1975-1976), bem como em “Direito de morte e poder sobre a vida”, último capítulo de *História da sexualidade – I: A vontade de saber* (1976),³⁴ Foucault delineia que em fins do século XVIII teria surgido uma nova forma de manifestação do poder: o “biopoder” – um poder de regulamentação (racionalidade radical-utilitarista) –, centrado no “corpo-espécie” (população) e em práticas de natalidade, morbilidade, das incapacidades biológicas diversas. Depois da “anátomo-política do corpo humano”, a “biopolítica da espécie humana” colocaria a população como problema político, como um problema biológico e de poder. Ao contrá-

31. Idem, p. 29.

32. MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012. p. 16-20.

33. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

34. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque & J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 145-174B.

rio da lógica do poder soberano, na era de uma nova gestão da vida, não excluída da lógica anterior – mas cumulativa –, a biopolítica estaria centrada no “fazer viver e deixar morrer”.

O exercício problematizador qualifica o aporte foucaultiano como um riquíssimo e autêntico arsenal teórico de reflexão sobre a questão criminal ao colocar em questão o poder punitivo e a compreensão das condições de poder numa ruptura radical com o *mainstream* criminológico e a alternância das ferramentas críticas de investigação.

4. BARATTA E FOUCAULT? TENSÕES INICIAIS

Até o presente momento, buscou-se realizar abordagem geral a respeito da criminologia crítica desenvolvida por Baratta e a crítica às tecnologias de poder em Foucault, cujo propósito seria esclarecer as suas principais pautas como pensadores sobre a questão criminal. Desde então, já se apercebe as diferentes proposições de cada um, o que é inegável em vista das distintas perspectivas filosóficas/epistemológicas filiadas.

A proposta a partir de agora será refletir a base teórica de ambos no que se refere à questão criminal, isto é, entendendo o recorte realizado na apropriação de Baratta, como um dos principais expoentes da heterogênea crítica criminológica, tensioná-lo com as possíveis contribuições advindas de Foucault, desde as teses já encampadas no saber criminológico até as que ainda não foram (ou, ao menos, não suficientemente), cabendo inclusive revisão, se caso for: a ideia é potencializar a resistência à lógica punitiva.

Neste sentido, o seminal trabalho *Criminological knowledge and its relation to power: Foucault's genealogy and criminology today* (1992), de David Garland,³⁵ viabiliza uma interessante chave de leitura sobre as discussões sobre Foucault e a criminologia. Naquela oportunidade, Garland colocou em questão a crítica foucaultiana sobre a criminologia, entendida como saber “científico” emergente das práticas disciplinares da prisão, que funcionaria como provedora de práticas de normalização e estratégia de legitimação do moderno poder punitivo. Os questionamentos do sociólogo escocês diziam respeito não tanto

35. GARLAND, David. *Criminological knowledge and its relation to power: Foucault's genealogy and criminology today*. *British Journal of Criminology*. vol. 32. n. 4. Oxford, 1992, p. 403-422. Outras análises do trabalho foucaultiano foram realizadas em: GARLAND, David. *Punishment and Modern Society: a study in social theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1990. p. 131-176.

à leitura foucaultiana sobre a criminologia do século XIX, mas sobre o risco de se cair em certa generalização sobre a disciplina criminológica e, obviamente, as mutações de significado que ocorreriam no século XX.

No que diz respeito à visão crítica de Foucault sobre a criminologia do século XIX, vale a pena transcrever passagem de sua entrevista sobre a prisão concedida ao *Magazine Littéraire*, em 1975:

Você já leu alguma vez os textos dos criminologistas? Eles não têm pé nem cabeça. E digo isso com espanto, e não com agressividade, porque não consigo compreender como o discurso da criminologia pôde permanecer assim. Tem-se a impressão de que o discurso da criminologia possui uma tal utilidade, de que é tão fortemente exigido e tornado necessário pelo funcionamento do sistema, que não tem nem mesmo necessidade de se justificar teoricamente, ou mesmo apenas de ter uma coerência ou uma estrutura. Ele é inteiramente utilitário. E creio que é necessário procurar por que um discurso “científico” se tornou tão indispensável pelo funcionamento da penalidade no século XIX. Tornou-se necessário por ser álibi, que funciona desde o século XVIII, que diz que se se impõe um castigo a alguém, não é para punir o que ele fez, mas para transformá-lo no que ele é. (...) Mas os instrumentos que lhes foram dados, a pena de morte, outra o campo de trabalhos forçados, atualmente a reclusão ou a detenção, sabe-se muito bem que não transformam. Daí a necessidade de passar a tarefa para pessoas que vão formular, sobre o crime e sobre os criminosos, um discurso que poderá justificar as medidas em questão.³⁶

Para Garland as críticas realizadas por Foucault à criminologia – v.g. o baixo nível de cientificidade, legitimação da punição, técnica de normalização dos presos etc. – são inteiramente apropriadas se considerarmos a criminologia do século XIX. A preocupação residiria mesmo em apresentar esta análise genealógica como história da criminologia e não apenas como uma crítica a uma de suas vertentes, visto que demasiado complexas e ecléticas. Se por um lado, na análise das relações de saber-poder Foucault trabalha a criminologia como um componente dos processos de disciplina e normalização, sendo vista a criminologia como um conhecimento a serviço do poder (disciplinar), para uma descrição ampla das várias formas de criminologia, o cuidado com as di-

36. FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. *Microfísica do poder*. 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012. p. 225-226.

ferentes relações das diferentes criminologias com o poder, inclusive relações de resistência ao poder, é fundamental.³⁷

Uma conclusão parcial deve ser tirada para que se possa prosseguir: assim como Foucault elabora perspectiva crítica sobre os poderes que produzem formas de assujeitamento do indivíduo, inclusive situando a criminologia – ortodoxa e positivista, diga-se – como uma das formas de saber-poder, a criminologia crítica cujo embrião se encontra nas décadas de 60 e 70, nos Estados Unidos e na Europa, surge essencialmente como um “saber subversivo”, contestatório da ordem política vigente e, portanto, também particularmente do cárcere e do poder punitivo (nos termos de Aniyar de Castro: “se a criminologia tradicional é um instrumento de poder, uma criminologia alternativa pode ser inimiga do poder”).³⁸

Tanto Baratta quanto Foucault partem das constatações advindas de *Punição e estrutura social* (1939),³⁹ de Georg Rusche e Otto Kirchheimer – herdeiros da escola de Frankfurt e que realizam uma das mais seminais análises marxistas da punição enquanto instituição social –, obra que ocupa lugar central nas análises crítica e radical da criminologia. Sobre essa questão, dissertando sobre as obras de Rusche e Kirchheimer e Foucault sobre a história da prisão, Baratta leciona que se por um lado não produziram resultados unânimes no plano substancial, no plano epistemológico produziram resultados irreversíveis a partir de duas teses centrais: (1) para compreender o cárcere e interpretar seu desenvolvimento histórico é imprescindível compreender a sua função enquanto instituição no seio social; (2) é preciso levar em conta a espécie de sociedade em que o cárcere apareceu e se desenvolveu como instituição penal.⁴⁰

A tese decisiva desenvolvida na obra de Rusche e Kirchheimer seria a de que todos os sistemas de produção têm tendência a se utilizar dos sistemas punitivos, os quais corresponderiam às próprias relações de produção. Ou, noutros termos: na sociedade capitalista, o sistema penitenciário depende, máxime, do desenvolvimento do mercado de trabalho. É neste terreno que Foucault desenvolve sua análise sobre as “disciplinas”. Não obstante, registra Baratta

37. GARLAND, David. *Criminological knowledge and its relation to power...* cit., p. 406-410.

38. ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da libertação*. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005. p. 53.

39. RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Trad. Gizlene Neder. 2ª ed. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2004.

40. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal...* cit., p. 190-191.

que a crítica ao enfoque foucaultiano se dirigiria contra o caráter historicamente abstrato que demandaria a disciplina, é dizer, o delineamento teórico de Foucault ao invés de ser reconduzido a partir dos pressupostos das relações de produção, assumiria ligação com a estratégia de um “poder”.⁴¹

Apesar desta divergência (própria da especificidade do referencial), o próprio Baratta reconhece a importância do pensamento de Foucault para a reconstrução da história do cárcere e da sua reforma nas sociedades capitalistas, não à toa, incorpora em sua criminologia crítica as contribuições críticas sobre as “instituições disciplinares”, tanto que direciona estudo sobre as escolas e o controle social.

Em verdade, a contribuição sobre as funções da prisão na produção e no controle social punitivo de desviantes e na criação do universo disciplinar são tão relevantes que Baratta as qualifica como “elementos indispensáveis a uma epistemologia materialista, a uma ‘economia política’ da pena”.⁴² A tese foucaultiana sobre a “gestão diferencial das ilegalidades” casa perfeitamente a denúncia sobre as funções reais desempenhas pelo cárcere no controle social punitivo dos excluídos aos moldes das relações econômicas de produção. Desenvolve Foucault:

A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não “reprimiria” pura e simplesmente as ilegalidades; ela as “diferencia”, faria sua “economia” geral. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global de ilegalidades.⁴³

Partindo de óticas distintas, e sabendo-se que Foucault pensou formas de resistência ao poder que não derivassem de uma cultura dialética, natural que surja a questão: é possível aproximar as análises foucaultianas com o marxismo (neste caso, o de Baratta)? Essa é uma questão controvertida, e o é por via

41. Idem, p. 192.

42. Idem, p. 193.

43. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir...* cit., p. 258.

de consequência da existência de várias leituras sobre o marxismo, notadamente as leituras neomarxistas.

Para os fins desta pesquisa, a leitura marxista deve conceber os fundamentados materiais de entendimento da estrutura socioeconômica das modernas sociedades capitalistas, com contínua atualização da obra de Marx, como marco intelectual da humanidade aberto à teoria e à prática⁴⁴ e que desde seu nascedouro, produziu importantes rupturas nos pensamentos “irrefutáveis” da estrutura capitalista, devendo suas teses serem prosseguidas.⁴⁵ Por incorporar a crítica às “disciplinas”, certamente a leitura barattiana não é hermética e nem se reduz à lógica das “superestruturas e infraestruturas” na análise de dominação classista, e prossegue na abertura de novos horizontes de possibilidade.

A propósito, quando interrogado na entrevista concedida à J. J. Brochier, ainda na *Magazine Littéraire*, sobre sua relação com o pensamento marxista, Foucault respondera “cito Marx sem dizê-lo, sem colocar aspas, e como eles não são capazes de reconhecer os textos de Marx, passo por ser aquele que não cita Marx. Será que um físico, quando faz física, experimenta a necessidade de citar Newton ou Einstein?”.⁴⁶ Não satisfeito, segue seu raciocínio e conclui: “É impossível fazer história atualmente sem utilizar uma sequência infundável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx e sem se colocar num horizonte descrito e definido por Marx”.⁴⁷

Dentre vários autores que defendem a hipótese aproximativa das teses marxistas com as foucaultianas,⁴⁸ desde o ponto de vista sobre a questão criminal,

44. GIANNOTTI, José Arthur. *Marx além do Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2009. p. 5-6.

45. “Rusche, Foucault, Melossi e Pavarini são escolas: estão dentro disso tudo que falei, dando direção, atualizando a obra de Marx na questão criminal. Aliás, é em Marx que tudo começa. Só os tolos podem achar que a obra marxista está superada; ela só será superada quando derrotarmos o capitalismo. E, modestamente, gostaria de contribuir para isso ao desconstruir as relações entre a pena e o capital” (BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 14).

46. FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão cit., p. 231-232.

47. Idem, p. 232.

48. Para uma aproximação do pensamento marxista com o foucaultiano, cf. PÓULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000; SOUZA, Eloisio Moulin de; GARCIA, Agnaldo. Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: caminhos e descaminhos. *Revista Aulas*. n. 3. Campinas, dez.-mar./2007, p. 1-32; BATISTA, Vera Malaguti. Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante. *Veredas*. vol. 2. n. 4. Belo Horizonte, jul.-dez./2005, p. 25-31.

Dario Melossi destaca-se ao afirmar que “(...) é o conceito de *disciplina* o que constitui o nexo entre a teoria marxiana – e inclusive teoria marxiana da pena, ou melhor ainda, da pena no capitalismo, isto é do cárcere – e a teoria de Foucault em *Vigiar e punir*”.⁴⁹ Segundo o autor, seria fundamental fugir da abordagem marxista tradicional que instrumentaliza a penalidade ao Estado, uma “horrrível abstração” que infelizmente teria contaminado a literatura “marxista”, mas que não tem nenhum papel na teoria propriamente marxiana, afinal, o próprio Marx acreditava que o lugar da luta de classes seria na produção.

A partir da “acumulação originária” d’O *Capital* (1867) de Marx, Melossi sintetiza que em *Cárcere e fábrica*, com a aplicação de algumas instituições marxianas sobre a história do cárcere e das suas origens, descobriu-se que a prisão, assim como outras instituições, foi criado em um determinado contexto em que o princípio disciplinar havia se tornado princípio organizativo fundamental da vida econômico-social. Trata-se da expropriação violenta que mudou produtores servis (exploração feudal) a assalariados (exploração capitalista) sem meios de produção disciplinados na coação corporativa, propiciando aumento de excluídos e marginalizados, que passariam a ser criminalizados durante a pré-história do capital.⁵⁰

49. MELOSSI, Dario. Penalidad y “gobierno de las poblaciones”: entre Marx y Foucault. In: SOZZO, Máximo (comp.). *Por una sociología crítica del control social: ensayos en honor a Juan S. Pegoraro*. Buenos Aires: Del Puerto, 2010. p. 179.

50. “O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (...). Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por orça das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar

Em conclusão, o princípio da disciplina “constitui o nexo entre a construção teórica marxiana em seu núcleo mais característico e original, o conceito de mais-valia, e o discurso sobre a penalidade. Constitui também o terreno comum entre os discursos de Marx e de Foucault”.⁵¹ Neste sentido, a disciplina constituiria a condição básica de extração da mais-valia, lição ensinada da sociedade burguesa ao proletariado; a prisão equivaleria à fábrica de disciplinamento do proletariado.⁵²

Parece que o intento aproximativo às perspectivas marxista e foucaultiana torna a análise sobre a questão criminal ainda mais rica. Adotar perspectivas distintas não impossibilita direcioná-las a uma meta específica, numa espécie de coexistência teórica rumo à resistência às tecnologias de poder e dominação, afinal, nem o próprio Foucault, ao descrever sua microfísica, ignorou as relações de poder provenientes do Estado, tendo tão apenas negado a ideia de que o poder estaria única e exclusivamente concentrado nas “mãos” do Estado, buscando ampliar a noção de poder em suas redes de expansão.

5. BARATTA COM FOUCAULT? A CRIMINOLOGIA SEGUE SEU CURSO...

Em interessante passagem de *Criminologia crítica e crítica do direito penal*,⁵³ partindo de sua leitura sobre as obras de Foucault e Rusche e Kirchheimer, Baratta reconhece que, a partir da segunda metade do século XX, a prisão não possui mais a função “real” de reeducação e disciplina, tal como possuía em sua origem. Nos seus termos, essa função se reduziria à pura ideologia. Na análise do jurista italiano, as estatísticas relativas à população carcerária de países com capitalismo avançado indicariam o aumento das taxas de controle diversos à reclusão, como o *probation* e o livramento condicional, além do notável aumento de presos à espera de julgamento. Tal situação seria um convite ao estudo da obra de Foucault.

Na análise barattiana, os sistemas penais tardo-capitalistas, caracterizados por uma tendência ao incremento da superpopulação relativa (desocupação e

sob as velhas condições, já inexistentes” (MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I (o processo de produção do capital)*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 786/805-806).

51. Idem, p. 182.

52. MELOSSI, Dario. The penal question in Capital. *Crime and Social Justice*. n. 5. 1976, p. 29.

53. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal...* cit., p. 193.

subocupação), à exploração e à marginalização de setores cada vez mais vastos da população, deveriam ser investigados conforme sua transformação atual (fase de contrarreforma do sistema punitivo) e crise da ideologia legitimante da instituição carcerária, sobretudo em uma sociedade que é caricata, cada vez mais, da ampliação das barreiras divisórias entre população garantida da zona sempre mais vasta da população marginalizada e excluída da dinâmica do mercado oficial de trabalho.⁵⁴ Ao que parece, o não intencional prosseguimento desta pesquisa pode ser encontrada na obra de Foucault, sobretudo quando desenvolve sua análise sobre a nova arte de governar.

Na analítica foucaultiana, desde a lógica e exigências de mutação das exigências da economia política do castigo, esclarece-se que se um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte – derivado da velha *patria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de “dispor” da vida de seus filhos e seus escravos, de modo que poderia retirar-lhes a vida já que as tinha “dado” –, isto é, “fazer morrer e deixar viver”, a partir da época clássica ocorreria transformação dos mecanismos de poder, que a partir do “confisco”, apresentariam funções de incitação, reforço, controle, vigilância, majoração, organização de forças que seriam submetidas. O direito de morte se apoiaria nas exigências de um poder que gere a vida.⁵⁵

Este mesmo poder de morte, posteriormente, apresentaria outras características. Apresentar-se-ia, a partir de agora, “como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto”.⁵⁶ As mutações posteriores ao poder soberano, conforme antes acentuado, dizem respeito ao desenvolvimento do poder disciplinar, na figura do “corpo-máquina” (disciplinas: anátomo-política do corpo humano), e ao poder de regulamentação, na figura do “corpo-espécie” (controles reguladores: biopolítica da população).

Na teorização foucaultiana, na “era do biopoder” “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”, caracterizando, em última razão, “um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo”.⁵⁷

54. Idem, p. 195-196.

55. FOUCAULT, op. cit., p. 146-147.

56. Idem, p. 147.

57. Idem, p. 150.

O desenvolvimento das análises sobre a biopolítica e o biopoder, compreendida como nova razão governamental (ou razão do Estado mínimo), direciona compreensão sobre sua necessária disposição para o próprio desenvolvimento do capitalismo. Quanto a isso, imprescindível transcrever passagem, um tanto extensa porém necessária e elucidativa, de *História da Sexualidade – I: a vontade de saber*:

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docibilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torna-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos do Estado, como *instituições* de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como *técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizados por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a política, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento.⁵⁸

Ao contrário do mercado do século XVI e XVII, o mercado do século XVIII não é mais um lugar de jurisdição – dotado de regulamentação –, visto que passou a obedecer a mecanismos “naturais”, mecanismos espontâneos que não poderiam ser contrariados. Aqui o mercado passa a ser entendido como uma

58. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade...* cit., p. 151-152.

série de práticas/lugar de verdade que forma dispositivo de saber-poder – tal como ocorrera com os universais “loucura”, “doença”, “delinquência”, “sexualidade” –, conforme a lógica de uma “república fenomenal dos interesses”, isto é, o interesse seria entendido como único princípio sobre o qual a razão governamental poderia agir.⁵⁹

No que se refere à questão biopolítica, ainda restaria um “paradoxo”: no contexto da “sociedade de normalização” (que conjuga a norma da disciplina com a norma da regulamentação): como pode um poder que se direciona essencialmente para o aumento da vida matar? É neste momento que Foucault insere a análise sobre o racismo de Estado, é dizer, o recorte entre “o que deve e o que não deve viver”.

O racismo é, portanto, a condição de se poder exercer o direito de matar, permitindo ao poder “tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças”.⁶⁰ Duas seriam suas características: (1) fragmentação, fazendo censuras no exercício do biopoder, e (2) estabelecer uma relação guerreira, tornando sedutora a ideia de necessidade de produção de inimigos como condição da vida. O assassinio por parte do Estado só estaria legitimado a partir da racionalidade biopolítica, conforme a lógica do racismo: “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”.⁶¹

Na nova conjuntura, segundo Deleuze, estar-se-ia no contexto das “sociedades de controle” nas quais as conquistas do mercado se fariam por tomada de controle e não tanto de disciplinas. Na analítica deleuziana, o estudo socio-técnico dos dispositivos de controle deveria ser categorial, apontando quais mecanismos já estariam em via de ser implantados no lugar dos meios de confinamento disciplinares (v.g. regime de escolas, hospitais, empresas etc.). Em especial, quanto às prisões – objeto de reflexão aqui proposto – cita a emergência das “penas substitutivas”, o uso de coleiras eletrônicas e sua relação com a prisão domiciliar.⁶²

59. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France* (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 49-63.

60. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade...* cit., p. 305.

61. Idem, *ibidem*.

62. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 3. ed. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 229.

Na realidade do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal, a atenção à figura da pena se encontra em base de grande demanda por segurança pública, na qual reina uma leitura da criminalidade violenta como mal ao qual o sistema deve reagir com rigor punitivo (“eficientismo penal”), visto que direcionado pelo medo (do crime) e insegurança (contra a criminalidade), resultando em um grande processo de expansão qualitativa (diversificação) e quantitativa (maximização) do controle penal formal e informal, e noutra via, minimização de garantias penais e processuais penais e encarceramento massivo.⁶³

Neste viés, não é à toa que o gerencialismo e o controle atuarial estão presentes na investigação penológica nas últimas décadas.⁶⁴ Assim, importante atentar ainda que a incorporação das lições de Foucault pelo estudo da penologia possibilita não uma adaptação da crítica do poder disciplinar a atual política criminal, mas a depreender os impactos de “(...) como as disciplinas que fundaram as grandes instituições de controle social (prisão, manicômio, escola, fábrica) integram, na atualidade, de forma destacada, uma complexa rede política de administração de corpos e de gestão calculista da vida”.⁶⁵

A tese foucaultiana apresenta-se, portanto, como uma rica chave de leitura sobre a atual fase de projeção das práticas governamentais para a criminologia crítica – sobretudo quando conjugada ao referencial materialista –, não obstante, dentre outros, é Vera Malaguti Batista, no clássico texto *Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante* (2005) e no recente trabalho *Foucault na periferia da barbárie* (2014), que aprofunda as ligações entre o pensamento marxista com a visão de Foucault acerca da questão penal, de modo que, num contexto de violência institucional, extermínio e tragédia

63. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal. In: ÁVILA, Gustavo Noronha de (org.). *Fraturas do sistema penal*. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 33-34.

64. Sobre os impactos da nova penologia, “(...) marcadamente menos preocupada com as questões centrais da criminologia da década de 1970 (responsabilidade, culpabilidade, recuperação, intervenção etc.), buscará consolidar-se tomando por base técnicas de redução ou neutralização do risco, lançando mão dos recursos de uma tecnologia capaz de potencializar uma atuação estatal calcada em métodos estatísticos direcionados ao controle de grupos sociais perigosos” (CANÊDO, Carlos; FONSECA, David S. (org.). *Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal: leituras contemporâneas da sociologia da punição*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 12).

65. CARVALHO, Salo de. *Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro (fundamentos e aplicação judicial)*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 138-139.

penitenciária como é o cenário latino-americano, o legado foucaultiano seria fundamental na desconstrução da prisão como solução para a conflitividade social fetichizada pelo crime, tendo como pilar a governamentalização do capitalismo central.

Na oportunidade, traduz o pensamento foucaultiano desde as sociedades disciplinares instauradas na Europa como alavanca para a “decolagem econômica do Ocidente”, trabalhando a questão do racismo como ideologia intrinsecamente vinculada ao empreendimento colonizador na América Latina. Neste contexto situacional, o biopoder conjugaria – explica Vera Batista – a extração da mais-valia, aprofundando o poder sobre o corpo, da alma e dos desejos dos homens.⁶⁶ A partir de Carlos Enrique Restrepo, conclui pela busca de novos espaços de resistência e contrapoder, refletindo sobre a possibilidade de se repensar o direito não como saber-poder que seria uma espécie de “trincheira política e acadêmica para contrapor-se à hiperinflação normativa e ao poder do estado na forma pura da lei”.⁶⁷

Admitindo manusear Baratta, em sua política criminal alternativa de direito penal mínimo de inspiração abolicionista, o conceito de direitos humanos entendido como “necessidades reais”, e, ao incorporar toda uma filosofia marxista (cultura dialética) que rompe com a lógica hobbesiana contratual de direitos abstratos e universais, mas que resulta do produto do conflito social e das desigualdades das relações de poder e dominação frente ao mercado, e que Foucault, por sua vez, ao não incorporar um claro modelo estratégico de resistência ao poder instituído (apesar de despertar forte argumentação crítica-abolicionista), na pauta de uma – diz Cecilia Coimbra – “ética afirmativa de direitos” (processualidade ético-política), deve-se compreender como premissa os “direitos não mais universais, absolutos, contínuos e em permanente estado de aperfeiçoamento, mas locais, descontínuos, fragmentários, processuais, em constante movimento e devir, como as forças que nos atravessam e nos constituem”.⁶⁸

Em complemento a toda análise realizada, resta ainda interessante que o pensamento de Foucault é incorporado no texto *Fundamentos ideológicos da atual política criminal de drogas* (1992), no qual Baratta irá trabalhar com o

66. BATISTA, Vera Malaguti. Marx com Foucault... cit., p. 30.

67. BATISTA, Vera Malaguti. Foucault na periferia da barbárie. *Quadranti – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*. vol. II. n. 1. 2014, p. 252.

68. COIMBRA, Cecilia Maria Bouças. Ética, direitos humanos e biopoder. *Verve*. n. 20. São Paulo, 2011, p. 93.

conceito de “poder pastoral” para realizar crítica aos pressupostos defensivistas e de controle social da *war on drugs* brasileira.

Segundo a análise, desde o século XVIII, o Estado moderno desenvolveria nova espécie de “poder individualizante”, não se ocupando mais de “salvar os indivíduos para outro mundo”, mas de prover-lhes saúde neste, adquirindo conotação especial nesta intervenção as expressões “saúde pública”, “bem-estar”, “segurança”, “proteção contra acidentes”,⁶⁹ o que, a bem da verdade, correspondem a conceitos que conformam a nova arte de governar, na esteira da razão do Estado mínimo neoliberal, sobretudo no que diz respeito ao gerencialismo da vida e dos riscos. Baratta parece de fato incorporar as primeiras análises do que viria a ser a crítica biopolítica, confirmando-se a hipótese de que os estudos sobre o “nascimento da biopolítica” em Foucault não seriam incompatíveis à sua crítica materialista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver seu conceito de “crítica”, na clássica entrevista *Qu'est-ce que la critique?* [*critique et Aufklärung*], publicada pelo Boletim da *Société Française de Philosophie*, Foucault⁷⁰ propôs que a prática da crítica deveria ser direcionada em forma de reação à governamentalidade – prática social que sujeita indivíduos a mecanismos de poder que reclamam verdade –, isto é, deveria funcionar como via pela qual o sujeito interroga a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade, conformando, em última análise, verdadeira “arte de inservidão voluntária” (*l'art de l'inservitude volontaire*), é dizer, ressonante indocilidade refletida.

A convocatória foucaultiana sobre a rebelião às formas de poder instituídas, sobretudo quando se pensa nas redes de expansão do poder punitivo no século XXI e no contexto dos sistemas penais latino-americanos, cuja força motriz se concentra no genocídio em massa e no encarceramento massivo da população marginalizada e socialmente excluída na lógica biopolítica da governamentalidade, especialmente do capital central em países periféricos, é indubitavelmente essencial para o aprofundamento das investigações sobre a questão criminal.

69. BARATTA, Alessandro. Fundamentos ideológicos da atual política criminal sobre drogas. In: GONÇALVES, Odair Dias; BASTOS, Francisco Inácio (org.). *Só socialmente...* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 43.

70. FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? [*critique et Aufklärung*]. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. vol. 82. n. 2. Paris, avr.-juin/1990, p. 39.

Ante o exposto, o intento deste escrito fora provocar discussão sobre novas possibilidades de reflexão para a criminologia crítica na era do biopoder. No recorte de pesquisa realizado, e apesar das distintas perspectivas filosóficas, buscou-se na medida do possível instaurar diálogo entre Baratta e Foucault, como forma de viabilizar análise mais profícua sobre a questão criminal, incorporando as contribuições teóricas do saber criminológico crítico e teoria do controle social punitivo de matriz marxista à análise foucaultiana da anátomo-política do corpo e biopolítica da população.

No diagnóstico dos esforços aproximativos empregados, parece que, na luta pela resistência às formas de poder instituídas, notadamente as de caráter punitivo, desde as origens da lógica carcerocêntrica às atuais formas de expansão de sua rede na sociedade de controle, o trabalho foucaultiano serve como fundamental contribuição às pesquisas de Baratta, um dos maiores nomes do pensamento criminológico crítico que, infelizmente, faleceu em 2002, tornando fundamental, como forma de respeito à sua obra intelectual, a sua contínua atualização desde a autocrítica, condição de possibilidade da conotação crítica de seu pensamento, rumo à emancipação – um problema interessante em vista do anterior falecimento de Foucault em 1984 (de fato, os intelectuais se imortalizam no tempo e na história...).

Em suma: o saber criminológico subversivo deve ser indocilidade refletida. Viva o legado de Baratta e Foucault!

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.
- _____. Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal. In: ÁVILA, Gustavo Noronha de (org.). *Fraturas do sistema penal*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da libertação*. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.
- _____. Che cosa è la criminologia critica? *Dei Delitti e delle Pene*. n. 1. Torino. p. 51-81. 1991.
- _____. Criminología y dogmática penal. Pasado y futuro del modelo integral de la ciencia penal. *Papers: Revista de Sociología*. n. 13. Barcelona. p. 13-48. 1980.

- _____. Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. *Fascículos de Ciências Penais*. vol. 6. n. 2. Porto Alegre. p. 44-61. abr.-jun./1993.
- _____. Fundamentos ideológicos da atual política criminal sobre drogas. In: GONÇALVES, Odair Dias; BASTOS, Francisco Inácio (org.). *Só socialmente...* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- _____. Por una teoría materialista de la criminalidad y del control social. *Estudios Penales y Criminológicos*. n. 11. Santiago de Compostela. p. 15-68. 1989.
- _____. Principi di diritto penale minimo. Per una teoria dei diritti dell'uomo come oggetto e limite della legge penale. *Dei Delitti e Delle Pene*. n. 3. Bari. p. 443-473. 1985.
- BATISTA, Vera Malaguti. Foucault na periferia da barbárie. *Quadranti – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*. vol. II. n. 1. Salerno. p. 250-263. 2014.
- _____. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- _____. Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante. *Veredas*. vol. 2. n. 4. Belo Horizonte. p. 25-31. jul.-dez./2005.
- BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.
- CANÊDO, Carlos; FONSECA, David S. (org.). *Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal: leituras contemporâneas da sociologia da punição*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- CARVALHO, Salo de. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 104. São Paulo: Ed. RT. p. 279-303. set.-out./2013.
- _____. *Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro (fundamentos e aplicação judicial)*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Ética, direitos humanos e biopoder. *Verve*. n. 20. São Paulo. p. 85-100. 2011.
- COHEN, Stanley. *Visions of social control: crime, punishment and classification*. Cambridge: Polity Press, 1985.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 3. ed. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DE FOLTER, Rolf. S. Sobre la fundamentación metodológica del enfoque abolicionista del sistema de justicia penal. Una comparación de las ideas de Hulsman, Mathiesen y Foucault. In: AAVV. *Abolicionismo penal*. Buenos Aires: Ediar, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2001.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- _____. *História da sexualidade – I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque & J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Omnes et singulatim: por uma crítica da “razão política”*. Trad. Heloísa Jahn. *Novos Estudos – CEBRAP*. n. 26. São Paulo. mar./1990.
- _____. *Qu'est-ce que la critique? [critique et Aufklärung]*. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. vol. 82. n. 2. Paris. p. 35-63. avr.-juin./1990.
- _____. *Sobre a prisão. Microfísica do poder*. 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 40. ed. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. ; DOMENACH, Jean-Marie; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Manifeste du G.I.P*. Disponível em: [<http://libertaire.free.fr/MFoucault168.html>]. Acesso em: 07.12.2014.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método – I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 13. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/São Francisco, 2013.
- GARLAND, David. Criminological knowledge and its relation to power: Foucault's genealogy and criminology today. *British Journal of Criminology*. vol. 32. n. 4. Oxford. p. 403-422. 1992.
- _____. *Punishment and Modern Society: a study in social theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Marx além do Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- KONDER, Leandro. *Marx: Vida e obra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- LACOMBE, Dany. Les liaisons dangereuses: Foucault et la criminologie. *Criminologie*. vol. 26. n. 1. Montreal. p. 51-72. 1993.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I (o processo de produção do capital)*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELOSSI, Dario. Penalidad y “gobierno de las poblaciones”: entre Marx y Foucault. In: SOZZO, Máximo (comp.). *Por una sociología crítica del control social: ensayos en honor a Juan S. Pegoraro*. Buenos Aires: Del Puerto, 2010.
- _____. The penal question in Capital. *Crime and Social Justice*. n. 5. p. 26-33. 1976.
- PASSETTI, Edson (coord.). *Curso livre de abolicionismo penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

- _____. Transformações da biopolítica e emergência da biopolítica. *Revista Ecológica*. vol. 5. São Paulo. p. 2-37. 2013.
- _____; SILVA, Roberto Baptista Dias da (org.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCrim, 1997.
- PAVARINI, Massimo. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- RINGELHEIM, Foulek. Che cosa vuol dire punire? Entrevista a Michel Foucault. Trad. Francesca Arra. *Rivista Volontà*. aprile 1990. Disponível em: [www.ristretti.it/areestudio/cultura/libri/foucault.pdf]. Acesso em: 21.09.2015.
- POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2004.
- SOUZA, Eloisio Moulin de; GARCIA, Agnaldo. Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: caminhos e descaminhos. *Revista Aulas*. n. 3. Campinas. p. 1-32. dez.-mar./2007.
- SOZZO, Máximo. "Traduttore traditore". Traducción, importación cultural e historia del presente de la criminología. *Reconstruyendo las criminologías críticas*. Buenos Aires: Ad-hoc, 2006.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La criminología como curso. *En torno a la cuestión criminal*. Montevideo-Buenos Aires: B de F, 2005.

PESQUISAS DO EDITORIAL

Veja também Doutrina

- Criminologia crítica e lei Maria da Penha: uma relação (in)conciliável?, de Victor Sugamoto Romfeld – *RBCCrim* 120/379-408 (DTR\2016\20124);
- La criminología crítica en el siglo XXI como criminología de los derechos humanos y la contra-reforma humanística o "las teorías criminológicas no son inocentes", de Lolita Aniyar de Castro – *RBCCrim* 76/265-291 (DTR\2009\15); e
- Notas sobre responsabilidade desde os escritos de M. Foucault: pistas para pensar a justiça juvenil, de Maria Cristina G. Vicentin, Alejandra Padilla-Gomez e Ana Lucia Catão – *RBCCrim* 109/21-46 (DTR\2014\15137).